

Cristãos–novos no Brasil português e a escrita produzida pelos livros didáticos: uma questão de identidade

*Helena Ragusa**

Resumo

A partir da segunda metade do século XVI, um grande fluxo de judeus neoconvertos oriundos da Espanha e de Portugal chegava ao Brasil fugindo das perseguições ibéricas. O “sincretismo religioso”, característica marcante da colônia brasileira, onde toda a diversidade cultural e religiosa era vivida e, portanto, inserida no dia-a-dia das populações que aqui se encontravam, apresentava traços católicos misturados a outras formas de crença, estando entre elas, o judaísmo. Nosso objetivo consiste em perceber as posturas adotadas pelos cristãos-novos diante desse complexo cenário, além do próprio contexto histórico em que se encontravam caracterizado pelo imbricamento de duas realidades, uma católica e a outra judaica, conferindo-lhes, portanto, mais de uma identidade. Compreendendo a diversidade com a qual se formou a sociedade brasileira e a importante atuação dos neocristãos nesse processo, consideramos a escrita produzida pelos livros didáticos pautada ainda num discurso único, homogeneizante e excludente, impossibilitando um ensino que se busca mais democrático, como apresentavam as propostas da década de 1980.

Palavras-chave: Cristãos-novos. Livros didáticos. História e ensino.

Antes de adentrarmos numa discussão sobre a identidade dos cristãos-novos na América Portuguesa, procuramos definir tal conceito entendendo-o como o compartilhamento de convenções e valores, modos de pensar, de sentir e agir, que distinguem e produzem integração de uma comunidade (AZEVEDO, 2003, p. 43).

Com a conversão forçada estabelecida aos milhares de judeus imposta primeiramente pelos reis espanhóis e, mais tarde, em Portugal sobre as ordens de D. Manuel, podemos entender que uma grave e grande crise se abateu na comunidade judaica europeia, tendo em vista a “fragmentação” que ali se instaurou entre os séculos XIV e XV.

A crise a qual nos referimos aqui diz respeito a uma crise identitária, uma “perda do sentido de si”, o que Stuart Hall vem a chamar de “deslocamento” ou “descentração” do sujeito. Exatamente o que ocorreu com os judeus submetidos ao processo de conversão, deslocados de seu lugar no mundo social e cultural e também de si mesmos:

Indivíduos que foram forçados à diásporas, retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de retornarem ao passado. São obrigadas a negociar com as novas culturas de forma a não perderem completamente suas identidades. Eles devem aprender a habitar, no mínimo duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas (HALL, 2000, p. 88).

Talvez por esse motivo, no caso dos cristãos-novos, em termos de nacionalidade fica difícil afirmar a existência de uma única identidade. Considerando essa primeira experiência de globalização, realizada a partir dos descobrimentos efetuados pela Coroa Portuguesa, entendemos que esse processo interfere na identidade da seguinte forma: ou ela desaparece no processo de assimilação e da homogeneização ou ela retorna as suas raízes (HALL, 2000, p. 70).

Num outro contexto, sob outro enfoque, se trouxermos essa discussão para a sociedade em que nos encontramos hoje, a questão da identidade se apresenta de forma complexa e de difícil definição.

Isso se explica, segundo Zygmunt Bauman, pois, a realidade em que estamos inseridos, isto é, em que os valores são mais “líquidos”, o pertencimento e a identidade não tem a solidez de uma rocha, e, portanto, não são garantidos para toda a vida, são negociáveis e revogáveis (BAUMAN, 2005, [s.p.]).

Sendo assim, considerando a complexidade existente na busca de uma definição sobre o que vem a ser identidade, procuramos, então, relacioná-la a uma função de acontecimentos que a nutrem e de circunstâncias que lhe conferem forma. Tal entendimento se aplica aos cristãos-novos que aqui estiveram no início da colonização, passando por diversas configurações de identidade nos diferentes momentos de sua história. Seria interessante, portanto, pensar o conceito de identidade numa dimensão de grupo que, mesmo diante das dificuldades em se ajustar à nova sociedade, procurou manter suas práticas culturais e religiosas desde o início de sua chegada, afinal: “O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o eu real, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores e as identidades que esses mundos oferecem.” (HALL, 2000, p. 11).

Assim como para qualquer imigrante que chegasse de lugar distante, algumas modificações no modo de conduzir os costumes, os hábitos e as práticas foram inevitáveis na colônia. Na alimentação, por exemplo, algumas modificações foram inevitáveis, haja vista as condições oferecidas pelo território que passaram a ocupar. Porém, a literatura produzida por nossa historiografia sobre a presença cristã-nova no Brasil colonial nos leva a crer que as adversidades não impediram os neoconvertos de buscarem meios de manterem suas práticas, de realizarem seus ritos e de preservarem o judaísmo, mesmo entre aqueles que já se encontravam sobre a influência da fé católica.

Embora os estudos apontem para uma grande escassez no que se refere à documentação sobre as primeiras décadas da vida social, cultural e religiosa dos cristãos-novos na América Portuguesa (HERMANN, 2005, p. 90), o que se percebe é um abalo nas relações com os demais habitantes da colônia quando se deram as chamadas

visitações do Santo Ofício entre os anos de 1591 e 1595:

Vários são os trabalhos que dão conta da história destes cristãos-novos que atravessavam o Atlântico em busca de tranquilidade, mas que acabavam alcançados pelo braço inquisitorial, seja pelas visitas do Santo Ofício ao Brasil, seja pela atuação de seus representantes oficiais – os familiares – acusados, presos, enviados ao reino, processados e condenados pela Inquisição a penas que iam de simples orações à morte na fogueira (ASSIS, 2008, p. 04-05).

Foi nesse contexto que o medo e a insegurança passaram a fazer parte do cotidiano da vida dos cristãos-novos, fossem eles judaizantes ou não. Para aqueles que mantinham laços com a fé judaica, era preciso estar atento às atitudes e costumes praticados fora da esfera doméstica, devido ao clima de vigia e controle que naquele momento prevalecia.

Além da existência de uma preocupação quanto às leis alimentares, vários outros elementos compunham a tradição judaica, como por exemplo, roupas limpas e joias finas; descanso aos sábados; lavar as casas nas tardes de sexta-feira; acender velas novas após o cair do sol na sexta-feira; o modo pelo qual enterravam seus mortos, etc.

Contudo, considerada uma forte manifestação cultural da fé judaica sinalizando a importância da tradição, a alimentação foi mantida, ainda que de forma oculta. Transmitida de uma geração à outra, esse costume contribuía de forma significativa para a afirmação das identidades e sentimentos de pertencimento da comunidade judaica. Os pratos servidos, seus odores e sabores, contribuíam fortemente para que a sua história fosse reconstituída e perpetuada ao longo do tempo, no entanto: “As próprias leis da dietética judia só a observavam na medida em que acreditavam não despertar a curiosidade do povo. Também os jejuns se faziam dentro dessa cautela para não dar na vista.” (ASSIS, 2008, p. 244).

Diferentemente do que ocorria nos primeiros anos em que aqui estiveram, os costumes e as práticas ligadas ao judaísmo presentes no dia a dia dos neocristãos passaram a ser vigiados pelo olhar rigoroso da Igreja Católica.

A realidade se transformou e aquilo que antes era exercido num clima de tolerância e liberdade, passou a ser restrito, limitando-se apenas à esfera privada, isto é, dentro de suas casas entre os seus, discretamente para que nenhuma suspeita fosse levantada dentre os empregados ou escravos que pudessem ali existir (GIMENEZ; GONÇALVES, 2009, p. 30).

A fim de não levantar suspeitas, o criptojudaísmo passou a ser comum na colônia entre aqueles que não aceitavam o mundo cristão. Mais uma vez, os judeus convertidos passavam por uma espécie de crise de identidade. Eram dois mundos, dois pólos, os quais, à medida que os sistemas de significação e representação aumentavam, eram confrontados com os elementos cristãos, contraditórios aos seus, mas que buscavam se identificar ainda que “temporariamente”.

Mesmo que vivenciando outras realidades sociais, culturais e religiosas, a ideia de “povo eleito por Deus” presente na tradição judaica, parece ter levado muitos neoconvertos a resistirem a qualquer ameaça à sua identidade, mesmo quando novas regras lhes eram impostas, estando num ambiente desfavorável, intolerante, hostil, onde a acusação passou a ser uma constante em suas vidas:

A cultura judaica altamente desenvolvida pelos sefarditas trazida pelos cristãos-novos que deixaram Portugal ainda nos primeiros dos quinhentos anos, a crença e a força da espera pelo Messias encontraram no mundo colonial abrigo, perseguição e refúgio em novas misturas de religiosidades, tão inusitadas quanto diversas e capazes de reinventar ao longo dos séculos (HERMANN, 2005, p. 109).

O fato de mudarem seus costumes e rituais, como por exemplo, trocar o sábado pelo domingo, serem menos rigorosos quanto às leis dietéticas, também não os distanciou da fé. O objetivo era realizarem seus ritos e costumes bem longe das vistas dos inquisidores, ou de possíveis espões. Uma característica do comportamento de cristãos-novos “suspeitos” foi procurar ser “mais católicos do que os católicos”, buscando sobreviver à intolerância e determinando práticas socioculturais e linguísticas (GLASMAN, 2005, [s.p.]).

Vivendo uma espécie de dupla identidade, um grande sentimento

de angústia se abatia sobre os neocristãos que no seu íntimo ainda se sentiam judeus (BARBOSA, 2006, p. 43). Sendo assim, a tática era tentar subverter e transformar à sua maneira aquilo que não podiam ir contra, sobrevivendo, desta forma, a um processo inevitável de assimilação, praticando a fé judaica dentro das limitações da religiosidade buscando afirmar sua identidade judaica.

Quando se encontravam numa situação de confissão, os cristãos-novos usavam de várias justificativas para cada prática judaizante, além de negarem conhecer a origem desses costumes (MONTEIRO, 2008, [s.p.]). Esse é apenas um dos vários indicativos de resistência em relação à cultura e à religião que lhes eram impostas e que compõe os relatos que se referem às perseguições sofridas por eles parte dos inquisidores.

Mesmo que houvesse a necessidade de praticar o judaísmo de forma velada, pode-se dizer que esse comportamento acabou gerando uma série de aspectos da cultura judaica, indo desde superstições, rituais, ditos populares e expressões linguísticas, que acabaram sendo incorporados ao idioma português e passaram a fazer parte da cultura nacional. Um exemplo claro é observado durante os ritos matrimoniais, quando o noivo e a noiva comem do mesmo prato e bebem do mesmo copo, simbolizando a sua união. Esta é uma prática comum da cultura judaica que se enquadra bem no contexto social brasileiro. Outros ritos praticados pelos cristãos-novos no Brasil colonial, também estão fortemente presentes em nossa sociedade de hoje, como é a celebração da Páscoa e o jejum durante a Semana Santa (BARBOSA, 2006, p. 51-52).

O medo ainda fazia parte do cotidiano daqueles que para cá vieram e se estabeleceram, mas, o perigo que a Igreja Católica representava não impediu que os cristãos-novos se integrassem à língua e aos costumes das regiões onde se estabeleciam, quer fosse na Bahia, em Pernambuco ou Maranhão, misturando-se, aos cristãos dividindo cargos administrativos, burocráticos e comerciais (DEL PRIORE, 2003, p. 44).

Notadamente, a presença dos neocristãos no nordeste brasileiro teve maior repercussão, como demonstra a produção historiográfica

brasileira. Uma experiência de 24 anos na região nordestina, onde viveram como uma comunidade, lembrando as tradições humanísticas do Judaísmo:

Com a chegada dos holandeses, Pernambuco tornou-se uma verdadeira metrópole. Nela, os judeus de Amsterdã, construíram suas instituições, como as escolas, sinagogas e o cemitério, contribuindo para o enriquecimento cultural da região que já era bastante intenso. Isso fez com que as tradições humanísticas do Judaísmo fossem lembradas, atraindo boa parte das famílias neocristãs de volta à antiga fé (LEVY, 2008, p. 47).

Se, anteriormente, o cristão-novo não se colocava nem como judeu, nem como católico, no século XVII o cenário nordestino lhes aproximava das antigas raízes de uma tradição esquecida, trazendo-os ao encontro de suas raízes. O fato é que pudemos constatar, por meio de diversos estudos, a participação dos cristãos-novos e dos judeus, fosse ao lado dos holandeses, fosse ao lado dos portugueses, “unidos entre si, via de regra, por laços étnicos, cada um seguia os ditames de sua consciência ou o que mais convinha” (SALVADOR, 1976, p. 336).

É em Pernambuco, mais especificamente durante a administração Nassoviana (1637-1644), que os estudos apontam para o forte papel econômico e social exercido por tais personagens, estruturando uma nova comunidade, modificando todo um cenário que outrora, influenciado exclusivamente pelo catolicismo, torna-se um ambiente de relativa liberdade religiosa.

Motivados pelas oportunidades que se abriam muitos neoconvertidos migravam para a região se fixando como senhores de engenho, mercadores e traficantes de escravos (VAINFAS; ASSIS, 2005, p. 46). Os negócios lucrativos realizados pelos cristãos-novos durante o período holandês e a possibilidade de haver um retorno à tradição judaica, ainda que seus ritos fossem praticados secretamente ou não, acabava determinando sua permanência no local, pelo menos até que se desse a reconquista do território por parte dos portugueses no ano de 1654.

Para além das realizações e das atividades exercidas pelos cristãos-novos na parte nordeste do Brasil, é fato que o processo de inserção dos mesmos na sociedade brasileira em diferentes funções, e as influências que nela deixaram, confirmam que a Colônia representava um ambiente muito menos ameaçador do que a realidade que esses personagens haviam enfrentado na Europa. Tratam-se de pequenas ações no dia a dia praticadas por eles:

A tática deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha, ela é movimento, opera golpe por golpe, lance por lance, aproveita as ocasiões e delas depende. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário, criando surpresas (CERTEAU, 1994, p. 101).

Os mecanismos de resistência utilizados pelos cristãos-novos no Brasil Quinhentista, as táticas que lhes permitiram manipular, alterar, subverter, transformar aquilo que não podiam evitar, apontam para um forte impacto na sua identidade, promovendo novos discursos e representações e, portanto, a criação de uma nova identidade.

Os perigos de uma história única: repensando a escrita sobre a formação do Brasil colônia nos livros didáticos

Acreditamos ser importante a construção de uma escrita da história que incluía muitas outras experiências e trajetórias políticas e culturais, como por exemplo, no caso dos cristãos-novos desempenhando diferentes papéis no que concerne ao período em que aqui estiveram, fossem como senhores de engenho, traficantes de escravos, ou, como profissionais liberais. São inúmeros os estudos que revelam as diversas contribuições deixadas por esse grupo na sociedade da qual fazemos parte hoje, mas que no período que corresponde à nossa colonização ficaram ocultas, gerando comportamentos e aspectos culturais, os quais vão além de apenas rituais ou superstições e, que passaram a fazer parte da cultura nacional como observou Jane B. de Glasman em seu estudo sobre a presença judaica na língua portuguesa de origem cristã-nova ou

marrana:

Muitas palavras e expressões de origem hebraica foram incorporadas ao léxico da língua portuguesa mesmo antes de os portugueses chegarem ao Brasil. Elas encontram-se tão arraigadas em nosso idioma que muitas vezes têm sua origem confundida como sendo árabe ou grega. Exemplo: a 'azeite', comumente atribuída uma origem árabe por se assemelhar a um grande número de palavras começadas por 'al-' (como alface, alfarrábio, etc.), identificadas como sendo de origem árabe por esta partícula corresponder ao artigo nesta língua. O artigo definido hebraico é a partícula 'a-' e 'azeite' significa, literalmente, em hebraico 'a azeitona' (ha-zait) (GLASMAN, 2005, [s.p.]).

Sendo assim, propomos um repensar na produção didática que trata a História da formação do Brasil, levando-se em conta a ampla atuação dos cristãos-novos nos mais diversos setores da sociedade durante todo o período colonial.

Os livros aqui escolhidos correspondem à década de 1980 e 2007. Em relação ao primeiro período fizemos uso das obras de Raymundo Campos, *História do Brasil*, e Francisco de Assis Silva e Pedro Ivo de Assis Bastos, *História do Brasil: Colônia, Império e República*, ambos voltados para o então referido 2º grau; e no que tange ao contexto contemporâneo, selecionamos quatro obras, sendo duas delas parte de uma coleção, a primeira delas, *História em projetos Velhos mundos e mundos novos: encontros e desencontros – do século XV ao XVIII*, das autoras Conceição Oliveira, Carla Miucci e Andrea Paula, conteúdo programático voltado para a 6ª série que corresponde atualmente ao 7º ano do Ensino Fundamental¹, e, voltada para o Ensino Médio, sobre a autoria de Antônio Pedro e Lizânias de Souza Lima, *História da Civilização Ocidental*, ambas buscando se pautar na abordagem de uma História Integrada. Também, direcionado para os três últimos anos do Ensino Médio, o livro de Roberto Catelli Junior, *História: texto e contexto*, e o Livro Público do Professor, também voltado para o Ensino Médio, ambos sobre a perspectiva de uma História temática.

Num primeiro momento, buscamos o entendimento de Abud, sobre a forma em que são construídas as narrativas didáticas, ou seja,

de maneira simples e compreensível, haja vista o público ao qual se destina, no caso, a clientela escolar (ABUD, 1986, p. 81). No entanto, a autora chama a atenção para os cuidados que se deve ter durante esse processo, evitando o aparecimento de distorções ou exclusões.

Em nossa análise foi possível identificar, que mesmo havendo evidências documentais sobre a participação dos cristãos-novos na formação da sociedade colonial, uma grande lacuna se faz presente na escrita trazida pelos livros aqui escolhidos, além de interpretações equivocadas quanto àquilo que eles realmente representavam na sociedade em que estavam inseridos.

Também perpetua-se na literatura didática um discurso que sustenta a formação de um Brasil a partir das três raças, ainda que se faça presente nas orientações curriculares à necessidade de se estudar as diferentes etnias que contribuíram para a formação de nossa sociedade. Segundo Rebeca Gontijo, trata-se de um discurso que não está ausente, está disfarçado na forma de “povos indígenas”, sociedades europeias e “continente africano” (GONTIJO, 2003, p. 65), lembrando que, respondendo às mudanças, na década de 1990, o Ministério da Educação propôs à sociedade os novos PCNs tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio, assentados nos princípios da cidadania, da ética e da pluralidade cultural (ZAMBONI, 2003, p. 368).

Na mesma perspectiva, observa Hebe Mattos ao investigar uma obra voltada para a 6ª série, que tem como premissa o trabalho com a diversidade cultural e os conflitos, “apesar da ênfase clara no eixo Europa/América, o livro não tenta fugir da trilogia Europa, povos indígenas e África em sua análise da sociedade colonial” (MATTOS, 2003, p. 299-320).

Se nos debruçarmos sobre os objetivos gerais propostos pelos Parâmetros Curriculares (PCNs), percebemos a dificuldade existente em apresentá-los na escrita dos textos didáticos de forma que não pareçam estereotipados, naturalizados ou desvinculados do contexto em que se apresentam². Vejamos dois desses objetivos voltados para aquilo que o aluno deve ser capaz de fazer de acordo com os modelos apresentados por esses Parâmetros:

- Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;
- Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (PCNs, 1997, p. 69).

Dialogando com o que acabamos de expor, ilustraremos nossa fala com um exemplo retirado de um dos livros didáticos selecionado para essa pesquisa, voltado para o Ensino Fundamental, pós-PCNs, apenas para demonstrar a que estamos nos referindo:

Você já imaginou como deve ter sido, para os povos indígenas que habitavam o atual Brasil, a chegada dos primeiros europeus? Como reagiram diante de pessoas com uma cultura diferente da deles? Quais teriam sido as impressões que tiveram sobre o outro? Procurar responder a essas questões nos ajuda a entender melhor a nossa sociedade, pois somos herdeiros de uma cultura que começou a se formar no encontro entre os diferentes povos indígenas que aqui viviam, os portugueses e outros europeus que chegaram a partir de 1500 e os povos africanos trazidos à força para cá (OLIVEIRA; MIUCCI; SANTOS, 2007, p. 82).

Como se pode observar omitte-se aqui, como já apontado por Mattos e Gontijo a ação de vários outros grupos étnicos e raciais que contribuíram para que se formasse no Brasil uma etnia mestiça. A criticada visão do Brasil como produto da união das três raças permanece de forma velada, ocultando a presença de outros indivíduos que aqui estiveram.

Na tentativa de compreender como ensinar diante desse pluralismo cultural, das diferenças sociais e étnicas, Forquin, em seu estudo sobre Escola e Cultura, afirma que a escola não deve ignorar “os aspectos contextuais da cultura”, e que a mesma também deve trabalhar dentro de uma perspectiva universal, ou seja, ir além das “demandas sociais imediatas” (FORQUIN, 1993, p. 143-155). Tal

afirmação parece bem pertinente diante da dificuldade que a proposta de se trabalhar com o eixo da pluralidade cultural dos chamados Temas Transversais enquanto uma perspectiva para um ensino de História voltado para os diferentes grupos sociais, étnicos e culturais, encontra um terreno ainda bastante “arenoso” quando se trata de inseri-los na cultura escolar:

Subentende-se nos PCNs que a cultura das minorias é situada no terreno das festas, curiosidades, artes, dança, música, costumes, comidas, etc., e não como repertório complexo de representações que se manifestam em discursos, imagens, artefatos, códigos e padrões de condutas e narrativas produzidas socialmente sob relações permeadas de lutas, negociações, transgressões, mudanças e permanências em dada sociedade ou grupo (RAMOS, 2007, p. 101).

De maneira geral, as propostas curriculares do ensino definem sentidos, conteúdos, práticas e finalidades. É nesse espaço também que se mostra a face mais visível da intervenção do Estado na educação, constando nos Programas de Curso e nos Currículos a definição do que deve e pode ser estudado e, no caso da história, o que deve ser lembrado ou apagado da memória coletiva (BARBOSA, 2006, p. 67).

Para além de uma discussão em torno da elaboração dos PCNs, ou motivos que levaram à sua implementação, gostaríamos de frisar algumas reflexões com destaque para o que esses preceituam em relação ao eixo da pluralidade, tendo em vista que ele é apontado, nesse documento, como um objeto de referência para o ensino de história.

Ao mesmo tempo, não negamos o fato de que, assim como afirmam os estudiosos Luis Fernando Cerri e Ângela Ribeiro Ferreira:

Os PCNs constituem um esforço de reordenação curricular das escolas brasileiras, com diferentes correntes e matrizes, que vem desde os anos 80, pelo menos, e preveem um ensino de História diferente dos métodos tradicionais. Essas mudanças, em parte, decorrem da ansiedade em diminuir distâncias entre o que é ensinado na escola fundamental e a produção

acadêmica, ou seja, entre o saber escolar e as pesquisas e reflexões que acontecem no nível do conhecimento acadêmico (CERRI; FERREIRA, 2007, p. 80).

Sendo o tema da pluralidade também uma referência para os livros didáticos que buscam acompanhar as definições curriculares, efetivando-as em seus discursos, a questão é, então, refletirmos sobre como as demandas que ali estão colocadas repercutem nesses manuais. Qual a intenção em se propor tal temática, isto é, o que se objetiva apreender a respeito das diferentes práticas e tradições culturais dos diversos povos que compõe a nação em que estamos inseridos?

Mais uma vez, recorremos a Gontijo, respondendo em parte essas questões ao colocar que não se trata de reconhecer ou valorizar somente a pluralidade cultural, mas muito mais do que isso, compreendê-las de forma que as relações historicamente construídas entre indivíduos e grupos, se tornem visíveis (GONTIJO, 2003, p. 73). Constituindo-se enquanto parte da cultura material escolar e importante mediador no processo de construção do conhecimento histórico, consideramos fundamental que os autores ou editoras dos livros didáticos passem a incluir em sua escrita a intensa participação dos cristãos-novos na formação da sociedade brasileira, de forma a preencher as lacunas que ainda se fazem presentes nos textos que abarcam o período colonial brasileiro.

Iranilson Buriti Oliveira define a escrita como um artefato que pode problematizar as memórias elaboradas historicamente e lançar questionamentos sobre aquilo que se convencionou chamar de memória cristalizada; como uma prática que institui rostos (OLIVEIRA, 2007, p. 68). Por se tratar de um objeto constituído de autoridade a serviço dos interesses que o permeia, o conhecimento produzido pelo livro didático acaba, muitas vezes, não sendo questionado, como se as realidades que se apresentam nos textos fossem mudas e não pertencessem a lugar ou tempo algum, como é o caso dos cristãos-novos no Brasil.

Nossa intenção em dimensionar a relevância dispensada ao tema da participação desses agentes na formação da sociedade brasileira

está no fato de que como já apontado e, conforme será mostrado durante toda essa pesquisa, não se trata de uma “*presença esvaziada*”³, mas, ao contrário, bastante atuante.

Sendo assim, entendemos que o papel dos livros-didáticos na construção de uma memória escolar sobre os cristãos-novos – reafirmando que a escola, por si só, é um lugar de memória, um espaço privilegiado para a informação/difusão do passado e sua reflexão⁴ – é não permitir que os legados deixados por esse grupo sejam apagados, esquecidos.

Posto que estamos inseridos num contexto social de violentos preconceitos há que se refletir sobre a imagem e as mais variadas representações que são feitas acerca daqueles que fizeram parte do processo da formação do Brasil desde o “descobrimento”. O Brasil, com a sua diversidade étnica, ainda tem muito a aprender sobre sua riqueza cultural. Tendo em vista que a questão da identidade é pauta das orientações que regem o sistema educacional brasileiro, entendemos que “a convivência entre culturas diferentes gera inevitavelmente, uma troca de conhecimentos, hábitos, valores e costumes, que acabam por modificar as vidas das pessoas que as experimentam” (BARBOSA, 2006, p. 19).

Pilares ainda na prática escolar, esse material deveria produzir uma escrita que buscasse compreender o papel daqueles que contribuíram significativamente, como os cristãos-novos, para a constituição da sociedade brasileira, entendendo-os enquanto sujeitos histórico-sociais, que possuem uma diversidade étnico-cultural; o pluriculturalismo brasileiro para o despertar de uma consciência crítico-reflexiva em negação ao preconceito e discriminação racial (MORAIS, 2007, p. 123–132).

Finalizamos esse texto chamando a atenção para as múltiplas possibilidades de se trabalhar com os cristãos-novos no Ensino de História do Brasil. Nessa mesma direção, desejamos enfocar o uso do livro didático, entendendo-o como um campo discursivo e polissêmico, onde vários discursos coexistem.

Notas

* Mestranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina. Possui graduação e especialização pela mesma instituição. Possui experiência na área de docência em História no Ensino Fundamental.

¹ Como colocado no verso da obra, “História em projetos foi a única coleção de História que recebeu conceito ótimo em todos os critérios de avaliação PNLD/2008”.

² Apesar de não serem legalmente obrigatórios para o currículo escolar, os PCNs são norteadores da avaliação do livro didático (CASSIANO, 2007, p. 205).

³ A expressão foi utilizada por Miguel (2000), no artigo Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil.

⁴ Sobre esse assunto ver Ferraz (2010), que discute o papel dos livros didáticos na construção de uma memória escolar.

Referências

ASSIS, Angelo Adriano Faria de. Ruim cristão e mal judeu: a Inquisição no Brasil colonial e o processo contra João Nunes Correia. **PROHAL MONOGRÁFICO**, Revista del Programa de Historia de América Latina, Buenos Aires, p. 04–05, 2008.

AZEVEDO, Cecília. Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. Ensino de História: do Geral ao Local, Relevância e Significado. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **O livro de Ouro da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

FERRAZ, Francisco C. A. Os livros didáticos e a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. **Luso-Brazilian Review**, v. 47, p. 11-39, 2010.

FERREIRA DA SILVA, Lina Gorenstein. A documentação inquisitorial como fonte para a genealogia Texto apresentado na **ASBRAP** (Associação Brasileira de pesquisadores de História e Genealogia), 2000.

GLASMAN, Jane B. Presença judaica na língua portuguesa. expressões e dizeres populares em português de origem cristã-nova ou marrana. In: **Congresso Nacional de Linguística e Filologia - Língua Portuguesa e Identidade: Marcas Culturais**, 7, Rio de Janeiro, 2005. Anais... Rio de Janeiro, 2005.

GONÇALVES, Edvaldo Sapia; GIMENEZ, José Carlos. A mesa do marrano: identidade e memória judaica no Brasil Colonial. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ANPUH, Ano II, n. 5, 2009.

GONTIJO, Rebeca. Identidade Nacional e ensino de História: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. In: **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra FAPERJ, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HELLER, Reginaldo Jonas. **Diáspora Atlântica**. A nação judaica no Caribe, séculos XVII e XVIII. 2008. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

HERMANN, Jacqueline. As metamorfoses da espera: messianismo judaico, cristãos-novos e sebastianismo no Brasil colonial. In: GRINBERG, Keila (Org.). **Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LEVY, Daniela Toledo. **Judeus e marranos no Brasil holandês - pioneiros na colonização de Nova York (século XVII)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 2008.

LOPES, Luiz Paulo Moita da. Socioconstrucionismo: discurso e identidade social. In: LOPES, Luiz Paulo Moita da. (Org.). **Discursos de Identidades**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 2000.

MONTEIRO, Lucas Maximiliano. O Livro das Confissões da Bahia e suas possibilidades de pesquisa: uma análise das narrativas dos cristãos-novos (1591-1592). In: **Vestígios do passado: a história e suas fontes**. Encontro Nacional de História, 9, Rio Grande do Sul, 2008. Anais... Rio Grande do Sul, 2008.

MORAIS, Grinaura Medeiros; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Livro, leitura, imagens e sentidos. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org.). **O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. 1 ed. Natal: EDUFRRN, 2007, vol. 01, p. 123-132.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti. A zona do indeterminado: pensando autor, autoria, produção e consumo de livros didáticos. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org.). **O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. 1 ed. Natal: EDUFRRN, 2007, vol. 01, p. 67 - 73.

SALVADOR, José Gonçalves. **Os cristãos-novos**. Povoamento e conquista do solo brasileiro (1530-1680). São Paulo: Pioneira, 1976.

SEVERS, Suzana. Memória e religiosidade marrana na Bahia colonial. **Revista de Humanidades**. Encontro Internacional de História Colonial UFRN, 2, Caicó (RN), 2008. Anais ... Caicó, 2008.

TOPEL, Marta F. As leis dietéticas judaicas: um prato cheio para a antropologia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 19, p. 203-222, 2003.

VAINFAS, Ronaldo; ASSIS, Angelo A. F. A esnoga da Bahia: cristãos-novos e criptojudaísmo no Brasil quinhentista. In: GRINBERG, Keila (org.). **Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

VALADARES, Paulo. **A presença oculta: genealogia, identidade e cultura cristã-nova brasileira nos séculos XIX e XX**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2007.

Fontes

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries)**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, Raymundo Carlos Bandeira. **História do Brasil**. São Paulo: Atual, 1983.

CATELLI, Junior Roberto. **História. Texto e Contexto**. São Paulo: Scipione, 2007.

MEZAN, Renato. **Caminhos do povo judeu**. 2 ed. Vol. 3. São Paulo: Editora Renascença, 1974.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **História. Ensino médio. Livro didático público**. Curitiba, 2006.

PEDRO, Antônio; LIMA, Lizânias Souza de; CARVALHO, Yone. **História da Civilização Ocidental**. Integrada. Geral e do Brasil. São Paulo: FTD, 2005.

SILVA, Francisco de Assis; BASTOS, Pedro Ivo de Assis. **História do Brasil: Colônia, Império e República**. São Paulo: Moderna, 1983.

OLIVEIRA, Maria da Conceição C.; MIUCCI, Carla; SANTOS, Andrea Paula. **História em projetos**. Velhos mundos e mundos novos: encontros e desencontros – do século XV ao XVIII. São Paulo: Ática, 2007.

Abstract

Beginning in the second half of the XVI century, a great number of neoconverted Jews, coming from Spain and Portugal, arrived in Brazil fleeing the Iberian persecution. A marked characteristic of the Brazilian colony-where all the cultural and religious diversity existed and was inserted in the daily living of the local population - was the “religious syncretism” which presented Catholic rites mixed to other forms of belief, among them, Judaism. Our purpose is that of studying the way the New Christians behaved before this complex background besides the historical context itself, which was characterized by the interwoven of two major religions: one Catholic and the other, Jewish proving the existence of more than one identity. Understanding the diversity in which the Brazilian society was formed, and the important role of the New Christians in this process, we have considered that the writing produced by the textbooks is still based in a single discourse, homogeneous and excludent, therefore making it impossible to have a more democratic teaching like the one produced in the 1980s.

Keywords: New Christians. Textbooks. History and Teaching.

